

AMERICA LATINA VISTA DESDE O MEDITERRÂNEO*

LEONARDO CURZIO**

Resenha do livro: *Historia y Presente en América Latina*, de Joan del Alcázar e Nuria Tabanera (Organizadores). Valencia: Fundação BANCAIXA, 1996.

A Universidade de Valencia nunca havia se dedicado de maneira sistemática aos estudos sobre a América Latina. Nos últimos anos, porém, os professores Joan del Alcazar e Nuria Tabanera têm trabalhado intensamente para desenvolver, naquela cidade mediterrânea, um pólo de reflexão e estudo dos problemas latino-americanos contemporâneos. Como prova desse esforço, Alcázar e Tabanera nos oferecem uma coletânea de textos, que esboça um panorama dos grandes temas daquela parte do continente americano. O livro combina a história com a ciência política e, inclusive, contém uma bem sucedida incursão na economia. Seu título é sugestivo: *História y Presente en América Latina*.

É um livro que, como todas as coletâneas, tem altos e baixos. Os trabalhos apresentados mostram uma diversidade de formações, perspectivas e - por que não dizê-lo? - consagrações. Sempre há autores mais estimulantes que outros.

O primeiro texto é obra dos coordenadores do livro. Seu título não deixa lugar a dúvidas: "*Un balance histórico de las relaciones entre la Unión Europea y América Latina*" Trata-se de um trabalho ancorado na linha da história das relações internacionais. Há referência a tratados, a

citações precisas das reuniões ministeriais e aos pontos mais importantes das relações entre Europa e América Latina. A importância do texto, contudo, não está em sua literalidade, mas em seu contexto. Os autores fazem um balanço que, longe de ser descritivo, põe em relevo as relações incipientes entre as duas margens do Atlântico.

O segundo capítulo é um esplêndido trabalho de Alfredo Arahuetes sobre a estabilidade macroeconômica, a transformação produtiva e a competitividade no continente latino-americano. O texto é de leitura rápida sem, no entanto, perder sua seriedade ou seu alicerce. Sua tese principal é simples, porém, sua enunciação é profunda não é possível levar a cabo - afirma Arahuetes - uma transformação produtiva que fomente a produtividade, em condições de instabilidade macroeconômica. A América Latina foi incapaz de avançar nas transformações que lhe permitissem incrementar sua produtividade e, conseqüentemente, alcançar níveis mais altos de desenvolvimento, devido aos efeitos da crise da dívida na década passada.

A principal virtude do texto de Arahuetes é que ele analisa a impossibilidade de crescer, a partir da perspectiva das capacidades reais e do potencial de desenvolvimento. Portanto, deixa de lado o debate ideológico - que, as vezes, resulta inútil - sobre as virtudes do liberalismo ou as desvantagens do estado

* Tradução Renata Bastos, mestranda do curso de pós-graduação em História da UNESP e membro do Núcleo de Estudos Antônio Gramsci. Revisão: Fabiana de Souza Fredrigo, mestranda do curso de pós-graduação em História da UNESP

** Pesquisador do Centro de Investigações em Ciências e Humanidades. UNAM.

interventor. Arahetes separa o joio do trigo e assinala com precisão: o problema das economias latino-americanas esteve na incapacidade de gerar um novo contexto produtivo, que permitisse um crescimento sustentado e que, desse modo, superasse a crise.

O terceiro texto é da autoria de Pedro Pérez, professor da Universidade Complutense. Pérez faz um questionamento central, que não consegue resolver completamente: por que o PRI saiu vitorioso nas eleições mexicanas, apesar de ter levado adiante uma política que empobreceu amplos setores?

O texto de Pérez não consegue definir-se. Explora o neoclientelismo emergente do Programa Nacional de Solidariedade, a capacidade emblemática da política pública de atendimento à pobreza, impulsionada pelo governo de Salinas de Gortari, e alude a caciquismos regionais que sobrevivem; porém, não avança na resolução desses questionamentos. Seu problema, talvez, seja fruto de sua indecisão, ao traçar um plano de leitura. Começa com uma análise que privilegia o enfoque latino-americano. Pode-se citar, como exemplo, esta passagem: "diante do que se podia esperar, os eleitores latino-americanos não se opõem maciçamente com seus votos às políticas que, direta ou indiretamente, estão impulsionando uma deterioração da distribuição equitativa de renda e um aumento da pobreza. Por que os mecanismos de representatividade democráticos (eleições) não são capazes de impulsionar uma melhoria das desigualdades internas?" (pp. 60-61).

Posteriormente, analisa, de forma resumida, dois temas que, por sua essência e complexidade, mereceriam tratamento em itens independentes: conjuntura econômica e estrutura do Estado-Nação. Depois de inferir que o problema da América Latina não é conjuntural, mas sim estrutural, Pérez recorre com sapiência à história de dois séculos para

concluir, com Touraine, que é preciso ampliar o mercado interno para promover o desenvolvimento, e que isso só é possível sob um regime democrático. A democracia é assumida por Pérez - seguindo Touraine - não como o final de um processo, mas como a plataforma de lançamento para o amadurecimento de todos os atores que acreditam ser possível a decolagem das sociedades latino-americanas. Esse - e não a interrogação com que se abriu o artigo - é o ponto fundamental do trabalho.

Finalmente, Pérez se aproxima de uma leitura regional dos pontos de ruptura e resistência do sistema político mexicano que, por sua vez, o levam a explorar basicamente as regiões da fronteira entre o México e os Estados Unidos. Contudo, não se registra uma contribuição que reforce a idéia central do artigo, exposta no parágrafo anterior.

A antologia inclui um segundo artigo sobre o México escrito por Jorge Castañeda. O título do trabalho aponta seu tom e seus alcances: "*La difícil coyuntura mexicana*". O trabalho de Castañeda não tem apresentação acadêmica em um sentido estrito. O texto carece de um aparato crítico e se apresenta como a transcrição de uma conferência. Contudo, a leitura é fluente e a forma coloquial, que adquire em alguns momentos, não é desagradável. Castañeda analisa a situação na qual Ernesto Zedillo recebeu o governo e faz um diagnóstico sobre a crise atual. Com seu estilo característico, Castañeda conclui e recomenda uma rota para se evitar a catástrofe, rota que passa por: 1) uma ruptura com o sistema político vigente; 2) um retorno ao crescimento econômico; 3) a renegociação dos termos em que se fundamentam as relações México-Estados Unidos; 4) a reconstrução do pacto social, reconhecendo a complexidade da sociedade mexicana contemporânea e 5) a criação de um governo da Unidade Nacional que seja reflexo do novo pacto social.

O artigo de Fernando J. Devoto, da Universidade de Buenos Aires, aborda a construção da identidade nacional na Argentina. Esse texto ocupa, com todo o merecimento, as páginas centrais do livro. Dos artigos que compõem o livro, em minha opinião, trata-se do melhor.

Devoto coloca um problema central: como se pode forjar uma identidade, em um país constituído basicamente por emigrantes, como é o caso da Argentina? O autor nos leva, então, como se fosse um guia turístico, a percorrer o pensamento dos clássicos e a explorar os grandes debates que a migração européia tem suscitado.

De maneira clara e concisa, retoma o pensamento de Alberdi e de Sarmiento e, por meio deles, nos mostra a importância da grande emigração européia do final do século XIX, bem como a forma pela qual as elites americanas interpretaram o maciço fenômeno. Governar e povoar, diria Alberdi, ao constatar, com desvairio, a extensão territorial da jovem nação. Devoto diz que, realmente, nas entrelinhas da fórmula alberdiana deve-se ler: "povoar é civilizar" (p. 99). A emigração é vista então como algo além da mão-de-obra. Sarmiento viu o emigrante como a peça que extirparia do solo argentino "o gaúcho, o senhor feudal, criador de gado, verdadeiros inimigos da civilização e do progresso" (p.100). Esses emigrantes que, pouco a pouco, poliriam o estilo público, deveriam dar uma nova face à nação sul-americana.

Aparece então Bartolomé Mitre, pai e fundador da historiografia argentina, com sua teoria adaptativa. Os emigrantes, no pensamento de Mitre - nos explica Devoto - não devem formar uma nova nação, mas sim integrar-se à já existente, que o autor da *História de Belgrano y de la independencia argentina*, identifica como sendo Buenos Aires. Outros autores propuseram uma síntese, entre os nativos e os emigrantes, que tomou corpo na expressão, já um pouco

desgastada pela propaganda norte-americana, de "crisol de raças".

O artigo explora, finalmente, a versão argentina para um debate que teve alcance continental. Trata-se do enfrentamento entre a tradição hispânica, que não consegue dissimular um "tufillo" imperial, e a busca de um passado autóctone de virtudes antigas, que os estrangeiros têm extinguido. Lugones, como muitos séculos antes fizera Catón, verá no gaúcho o homem livre, forte, superior ao emigrante, que não era mais do que um servo da gleba.

Há também um estudo breve, sobre a nem sempre linear relação entre internacionalismo socialista e a necessidade de construir uma identidade nacional, em determinados contextos. Devoto explica muito bem os problemas que enfrentou o líder histórico do partido argentino, Alfredo Palacios.

Ao longo do trabalho de Devoto, palpitam duas questões fundamentais. A primeira é a relação entre a forma de reconstrução do passado e a política. A segunda são os riscos e as virtudes das mudanças. O outro (o emigrante) se converte, de acordo com a tradição do pensamento, no portador do progresso ou no invasor incômodo.

O texto de Pilar Cagliaio, sobre a imagem da Espanha no Uruguai, reconstrói também parte dos debates que os ensaios de ambos os lados do Atlântico não têm procurado abordar. O **ariélismo** de Rodó e todos os prejuízos (bons e maus), que espanhóis e americanos cultivam reciprocamente, se apresentam em um texto interessante e bem delineado.

O trabalho de Alfredo Riquelme, da Universidade do Chile, versa sobre os direitos humanos, tema da atualidade, que esta presente nas agendas de todos os países do subcontinente, e que nem sempre é completamente entendido. Riquelme coloca, de início, que os direitos humanos são exclusivos da "ética cidadã moderna". Nestes

tempos tão inquietos, essa noção converte-se no último pretexto filosófico dos governos. Os direitos humanos passaram - depois das experiências repressivas de muitos países latino-americanos - a ser uma exigência mínima para supor que se vive num continente civilizado.

O desenvolvimento do artigo conduz a uma luta, para não deixar os direitos humanos no plano das aspirações. Riquelme apresenta - seguindo Squella - a seqüência que permite que esses direitos passem a ser algo mais do que boas intenções. A primeira fase é a de sua positivização, ou seja, sua incorporação ao direito positivo dos países. A segunda é sua generalização. Essa etapa supõe um duplo processo. Em primeiro lugar, as instituições de segurança dos estados devem interiorizar e fazer sua a doutrina dos direitos humanos. Em segundo lugar, os direitos humanos devem atuar sobre todos os grupos sociais, sem distinção de raça, sexo, religião ou preferências políticas. A terceira fase é a da especificação de certos direitos aos grupos mais vulneráveis da sociedade (mulheres, grupos indígenas, etc). A quarta fase supõe a expansão desses grupos.

Em alguns países da América Latina, o tema da expansão dos direitos humanos tem suscitado polêmicas estimulantes. No México, alguns grupos socialistas afirmaram, durante muitos anos, a possibilidade de que os direitos políticos fossem considerados direitos humanos. No Brasil, os direitos sociais, assim como os direitos humanos, provocaram controvérsias similares. O último elo da seqüência é a internacionalização, ou seja, o reconhecimento e a proteção desses direitos, além da soberania nacional, tal como era considerada historicamente.

O livro inclui um artigo intitulado "*Cuba en perspectiva*", cuja leitura é prescindível e, sobre a qual, conseqüentemente, não serão feitas observações.

O trabalho sobre a América Central, de Raul Benitez, é academicamente sólido. Com estatísticas e fontes diversas, a apresentação sucinta das experiências centro-americanas das últimas décadas é esclarecedora. O autor apresenta, com posições firmes, as causas profundas da violência que assolou o istmo durante décadas e que provocou enfrentamentos civis longos e custosos. Durante a década passada - explica-nos o autor - a América Central viveu uma dupla crise. Não somente seus indicadores sócio econômicos se deterioraram, ocorrência que se alastrou por todo o continente, como também se verificou a destruição física das instalações e infraestruturas econômicas. Partindo desse contexto, analisa cada caso em particular, precisando, portanto, as generalizações que se fazem sobre a região. Assim, Nicarágua, Honduras, El Salvador, Guatemala e Costa Rica são estudados em suas particularidades.

Finalmente, faz um balanço global das experiências mais recentes, para concluir que, apesar de todos os problemas ainda enfrentados pela região, o saldo é claramente positivo, pois a guerra civil e o militarismo parecem, hoje, destinados a ser uma recordação e não uma lacerante realidade.

O livro finaliza com uma análise sobre a transição brasileira. O estudo de Alberto Aggio não se circunscreve à conjuntura. É um trabalho de maior alcance. Inicia enfocando a busca de uma nova engenharia político-institucional, para um regime militar que via sua legitimidade política se afogando simultaneamente com o "milagre econômico".

Sob o governo do general Geisel (1974-1979) os brasileiros descobriram o valor político das eleições, que não gozavam de grande crédito entre as forças progressistas e se converteram no caminho real para corroer o regime autoritário. As eleições de 1974 converteram-se, assim, no ponto de inflexão da transformação política brasileira, cujo

corolário é a Constituição de 1988, que consagra um regime de liberdades e um conjunto muito avançado de direitos sociais.

A análise de Aggio, da Universidade Estadual Paulista, centraliza-se na capacidade do poder para adiar as mudanças. Ressalta o manejo da legislação eleitoral para fragmentar a oposição e evitar as coalizões, assim como o grande filtro do *Colégio Eleitoral* para eleger o Presidente. Finalmente, a avaliação do autor é a de que, apesar dos fluxos e dos recuos da transição brasileira, o balanço é positivo: "lenta e negociada, sim, gradual também, porém se revelou absolutamente inovadora frente ao projeto de auto-reforma do regime militar, cuja pretensão era estabelecer uma ordem autoritária reformada que, além do mais, tinha o apoio de inúmeros segmentos das elites, que foram obrigados a transformar seu sistema de valores e alterar seu comportamento" (p. 249).

Historia y presente en América Latina é, definitivamente, um livro que oferece muitas chaves para entender a realidade de nosso continente. Sua publicação parece-nos acertada e é um motivo de alegria que, no Mediterrâneo, se esteja formando um grupo de investigação e difusão da problemática latino-americana.